Editorial:

O desenvolvimento pela educação

É ponto pacífico que de todos os recursos capazes de acelerar o progresso dos povos menos desenvolvidos a educação é o mais importante. Não é sequer exagero considera-la, mais do que um dentre vários recursos, verdadeira *conditio sine quan* non e até mesmo*conditio causae agentis* do desenvolvimento, pois somente por ela é possível garantir o aparecimento, a preservação e a ampliação dos demais meios de que se podem valer os países para sair de seu atraso econômico-social. Muito menos pacífico, infelizmente, é o debate que se mantém vivo nesses países sobre a quem atribuir a responsabilidade pelo oferecimento, a cada cidadão da comunidade, da oportunidade de educação compatível com sua inteligência e sua capacidade. Para uns essa responsabilidade é eminentemente pública, vale dizer, do Estado e de suas instituições; para outros é particular e se reserva à iniciativa de quem queira prestar serviços nesse sentido: àqueles que possam pagar por eles. Dos argumentos contra a atribuição da responsabilidade pela educação ao Estado impressiona particularmente o de que havendo escassez de recursos públicos para esse fim e sendo, portanto, impossível oferecer oportunidade igual a todos os cidadãos, é logicamente insustentável que toda a comunidade arque com os custos da educação de*alguns* de seus membros, pois responsabilidade pública significa, na verdade, educação cujo custo é repartido por toda a população. Mas, os partidários da educação pública respondem a esse argumento com outro pelo menos tão impressionante: o de que grande número de indivíduos que tiveram sua educação custeada pela comunidade e portanto se colocaram na posição de contribuir para o progresso dessa comunidade - jamais poderia ter reunido recursos para educar-se. Não houvesse a repartição de custos, a comunidade teria deixado de educar também esses indivíduos, com evidente prejuízo para seu próprio progresso. Terá sido talvez pela força desses dois argumentos que a maioria dos países optou por dividir a responsabilidade pela educação entre o Estado e os educandos. No Brasil é vigente o sistema em que a educação primária, a secundária, a profissional e a superior são oferecidas por órgãos governamentais e por instituições particulares. Porém, nem mesmo a soma de esforços, tal como até aqui tem ocorrido, vem sendo suficiente para educar cidadãos em número e nível suficiente para a tomada do ritmo de desenvolvimento que interessa aos povos em atraso. É notória, por exemplo, a falta de vagas nas escolas superiores brasileiras - públicas e privadas - em relação à procura cada vez maior de jovens que pretendem ingressar nas profissões liberais, na carreira pública, na administração de empresas e em outras áreas de ação que visivelmente estão, como as citadas, carentes de pessoas especializadas. Não é por outra razão que há muito se proclama a urgente necessidade de *novas soluções* para uma situação que evolui de modo dramático. Dentre as novas soluções propostas para suprir a insuficiência de profissionais formados, destaca-se a de concessão, por entidades privadas – a exemplo do que se faz nos países desenvolvidos – de bolsas de estudos a alunos que de alguma forma demonstrem mérito escolar e/ ou necessidade de auxílio financeiro para custeio de seus estudos. Essa solução começa a popularizar-se entre nós, mas de forma assistemática. É oportuna, por isso mesmo, a constituição recentemente aprovada pelo Conselho Diretor da *Fundação Getúlio Vargas* - de Fundo de Bolsas destinado a alunos dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação da *Escola de Administração* de *Empresas de São Paulo,*. que de forma duradoura procura resolver o problema de insuficiência de profissionais para gerirem nossas empresas. Os recursos iniciais estão sendo levantados junto às empresas privadas. Mas o Fundo não se exaure aí, pois os beneficiários das bolsas se obrigam a restituir as importâncias que tenham recebido durante o curso quando estiverem em condições de fazê-lo. Assim, mediante contribuição inicial das empresas, garante-se base financeira para a formação acadêmica de jovens que, uma vez formados, devolverão ao Fundo o custo de sua educação, garantindo a formação de novos alunos que, por sua vez, garantirão a formação de outros, e assim por diante, praticamente *ad infinitum*. Ao propiciar permanentemente condições de ensino superior em Administração de Empresas àqueles que não têm condições econômicas para realizá-lo às suas expensas, a Escola está, na verdade, resolvendo o velho dilema entre educação pública e privada, pois, sem exigir sacrifício do jovem e sem depender indefinidamente de recursos da comunidade, contribui para a formação de administradores altamente qualificados em número que atenda ao reclamo básico de desenvolvimento econômico do País.

Yolanda F. Balcão